

ACÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO
TRABALHADOR NOS POSTOS DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS (PRC) DE
PALMAS.

A atividade de revenda de combustível, é considerada como uma utilidade pública, entretanto, há vários riscos envolvidos nos combustíveis, como as substâncias químicas do Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xileno (BTEX), e em outros hidrocarbonetos, ou seja, quando não respeitada a legislação vigente, pode haver contaminação do ambiente expondo a população trabalhadora e circunvizinha aos produtos químicos por meio do solo, ar e água, podendo causar danos à saúde; tanto para os trabalhadores quanto para a comunidade, pois os riscos são ampliados, e o contato direto e /ou constante com essas substâncias podem provocar adoecimento, a exemplo o Benzeno que, por ser um agente destruidor da medula óssea (mielotóxico) regular, podendo provocar leucemia (leucemogênico) e câncer (cancerígeno).

Desde o ano de 2004, a notificação de algumas doenças relacionadas ao trabalho é obrigatória nos setores público e privado da saúde (PORTARIA MS 1271/2014), dentre as quais está o Câncer Relacionado ao Trabalho, o qual guarda estreita relação com a exposição ao Benzeno nas atividades laborais.

A revenda de combustíveis já vem sendo objeto de atuação na Vigilância em Saúde do trabalhador (VISAT) há vários anos e o processo de trabalho encontrado nessas ações revela uma realidade preocupante para o setor saúde. Uma vez que os estabelecimentos não cumprem toda a legislação e colocam em risco a saúde dos trabalhadores, o ambiente e a população em geral. Apesar disso ainda não conhecemos a realidade nem das condições de trabalho nem da sua manifestação na saúde da população em geral e dos trabalhadores do setor. Isso porque as ações de VISAT não foram sistemáticas e porque a rede de saúde ainda não relaciona as doenças ou sintomas à exposição ao Benzeno na atividade de trabalho ou mesmo ambiental.

Este trabalho busca ampliar o conhecimento das condições em que se realiza a revenda de combustíveis, com foco na exposição ao Benzeno, no município de Palmas, com olhar voltado ao conhecimento do processo de trabalho para posteriormente propor ações, inclusive intersetoriais, objetivando minimizar os problemas porventura encontrados; e ainda com o objetivo de replicar a ação em outros municípios que se julgarem prioritários ou conforme necessidades e capacidade de atuação da equipe.

Neste sentido, em janeiro de 2016, a área técnica de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, que tem entre suas atribuições trabalhar para evitar ou reduzir os riscos de exposição a fatores nocivos à saúde da população em geral e trabalhadores em sua atividade de trabalho, juntamente com o sindicato da categoria elaborou um plano de ação (piloto) para o município de Palmas, cujos objetivos principais eram o mapeamento de risco, cadastramento dos postos e dos trabalhadores, afim de promover a promoção e prevenção da intoxicação por Benzeno (Benzenismo) dos trabalhadores que estão expostos ao Benzeno e em atividades e ocupações de risco e a provável contaminação ambiental que possa impactar a saúde da população no entorno.

Esta ação foi demanda da Vigilância em Saúde estadual que contou com a participação da Vigilância em Saúde do Trabalhador e Ambiental de Palmas, bem como, a participação efetiva dos sindicatos das categorias dos Empregados no Comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes e similares do Estado do Tocantins (SINGAREST) e Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Tocantins (SINTRAPOSTO).

Utilizou-se como critério metodológico o levantamento de informações do quantitativo de Postos de Revenda de Combustível (PRC) licenciados em Palmas junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Palmas e Sintraposto, Elaborou-se um instrumento de coleta de dados, o RIPRC- Roteiro para Inspeção em PRC que foi baseado no documento “Orientações técnicas para ações de Vigilância de ambientes e processos de trabalho em postos de revenda de combustíveis- SUS/Bahia”, com a finalidade também de preencher e/ou atualizar o cadastro dos PRC no sistema do VIGISOLO (do setor de Vigilância de Populações Expostas a Contaminantes Químicos - VIGIPEQ), onde são cadastradas áreas com populações expostas ou potencialmente expostas a contaminantes químicos.

O critério de escolha para ação foi definido de forma aleatória entre os 59 postos existentes. Conforme a relação fornecida pela Secretaria municipal do meio ambiente e Sintraposto e definido pela comissão da Gerencia em Saúde do Trabalhador (GST). Dos 59 PRC cadastrados na Fundação Municipal do Meio Ambiente nesse período, apenas 03 apresentaram inoperantes e 01 é o do aeroporto, cujo acesso é limitado.

Para esta ação, todos os participantes envolvidos participaram de reuniões de planejamento, elaboração e validação do roteiro.

Nos PRC reuniu-se com responsáveis para informar os objetivos da ação, sendo esses: observar algumas atividades de trabalho e das condições ambientais, entrevistar trabalhadores e analisar alguns documentos, como PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, ASO – Atestado de Saúde Ocupacional, FISQ – Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos, Plano de Gerenciamento de Resíduos, – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, entre outros.

Nos 55 PRC's verificaram-se as várias situações, a exemplo:

- Bebedouros em situação precária de higiene e com ausência de copos descartáveis;
- Instalações sanitárias com higiene precárias e distante do acesso para os funcionários, bem como com ausência de sabão líquido e papel toalha;
- Ausência de assentos adequados e insuficientes para os trabalhadores da pista de abastecimento;
- Postos apresentam grandes riscos de acidente de trabalho, em razão da inexistência de medidas de controle de riscos;
- Equipamentos de proteção individual danificados;
- Ausência de sinalização de segurança e tráfego;
- Trabalhadores com situação vacinal incompleta;
- Desconhecimento dos trabalhadores dos riscos que estão expostos, como o Benzeno;
- Ausência de local específico para armazenamento de amostras do teste de qualidade dos combustíveis;
- Nos PPRA foram observados poucos detalhes de análise e medida de controle de riscos;

- ASO: na maioria dos postos, foram encontrados ASO de admissão e demissão quando o caso. Para os frentistas e chefe de pistas não foram encontrados ASO de seis e seis meses. Em muitos postos nem foram encontrados ASO a cada ano de trabalho.
- PCMSO: alguns não apresentaram detalhes sobre o risco à saúde dos compostos dos combustíveis , também verificou-se divergência de riscos mencionados no PPRA.
- Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP): dos avaliados apresentaram poucos ASO no documento, e quando mencionados há falhas na descrição dos exames realizados.
- Em vários postos não foi possível a realização de análises de documentos pela ausência dos mesmos no local.
- Armazenamento inadequado de resíduos contaminantes (estopas sujas com óleo usado ou combustíveis);
- Derramamento de óleo usado no momento da coleta pela empresa responsável por esta.

No final das ações a equipe da Vigilância em Saúde do Trabalhador de Palmas emitia termo de notificação ao PRC, informando das irregularidades encontradas, dando prazo de 30 dias para cada empreendimento atender ou se manifestar sobre as situações encontradas.

Esta ação nos PRC de Palmas teve início no dia 22 de fevereiro de 2016, no PRC localizado na quadra 404 sul e finalizou no dia 27 de julho do corrente ano no PRC da área rural de Palmas, loteamento Serra Dourada. As ações foram desenvolvidas em horário comercial.

Ressalta-se que as outras etapas serão construídas a partir da análise dos cadastramentos e mapeamentos com a possibilidade de se construir uma convocação de um fórum para resolução dos problemas encontrados. Para tabular e analisar esses dados, as informações coletadas já estão sendo inseridas no *Epi info* – programa de domínio público utilizado para pesquisas epidemiológicas.

Fotos:



Visão geral da estrutura do Posto



Funcionário pegando amostra do caminhão sem proteção.



Amostras armazenadas adequadamente para teste.



Isqueiro disponível próximo à área de abastecimento.

Local de armazenamento de óleo queimado adequado, porém não coletado corretamente.



Armazenamento inadequado de resíduos, onde se percebe a disposição direta no solo.

Local inadequado para análise de amostras, no mesmo local onde os funcionários se alimentam, além de ser fechado.



Vazamento no bico de abastecimento

Presença de resíduos sólidos na canaleta da pista de abastecimento

